

Editorial

A Revista Brasileira de História da Educação coloca em circulação, neste número, estudos produzidos em diferentes regiões do Brasil e também em outros países. Tendo como marco temporal o final do século XIX e o século XX, os artigos enfocam diversas experiências no que tange aos processos educativos, tanto dentro como fora do espaço escolar. As temáticas abordadas versam sobre: a educação do corpo; a educação comparada em perspectiva histórica; as representações dos negros em livros de leitura; a implantação das escolas rurais; a cultura infantojuvenil na escola brasileira; as correspondências entre crianças, publicadas em um periódico de cunho religioso; as relações entre educação e desenvolvimento; e a luta pela implantação do ensino religioso nas escolas públicas.

Marcus Aurélio Taborda de Oliveira e Claudia Ximena Herrera Beltran, a partir da perspectiva das histórias conectadas, refletem sobre as experiências vivenciadas na Argentina, no Brasil, na Colômbia e na Espanha, em relação aos processos de produção, apropriação e circulação de saberes sobre a educação do corpo, no final do século XIX e início do século XX. Entre outras fontes, os autores trabalham com a legislação; a imprensa pedagógica e a grande imprensa; manuais; livros e boletins, evidenciando pontos relevantes de contato entre os diferentes países e a disseminação da pedagogia renovada, visando entender o seu papel na produção de novas sensibilidades e de práticas relativas à educação do corpo.

O tema da transferência educacional na história da educação comparada é o foco do estudo produzido por Jason Beech, com tradução de Rafaela Silva Rabelo. O autor investiga como o processo de transferência educacional tem sido interpretado, na literatura da educação comparada, buscando compreender suas continuidades e descontinuidades. Beech analisa as contribuições de diversos países, nos séculos XIX e XX, que problematizam as possibilidades e os limites da transferência de soluções e práticas educativas.

Adlene Silva Arantes pesquisa as representações de negros em livros escolares de leitura utilizados nas escolas primárias pernambucanas no período de 1843 a 1897. Embasada nos pressupostos da Nova História Cultural, da História do Livro e da História da Leitura, a autora utiliza como fontes principais de pesquisa os livros escolares de leitura que circularam nas escolas primárias no período investigado. Os pareceres sobre os livros escolares, os relatórios da instrução pública e a legislação educacional permitem que Adlene Silva Arantes dialogue e aprofunde sua análise sobre os livros de leitura pesquisados e as representações neles veiculadas.

Irma Rizzini e Raquel Souza de Barros dedicam-se a investigar um conjunto de documentos, composto por relatórios e estudos publicados por setores do governo; a legislação educacional; os pedidos de abertura de escolas; e as correspondências de Amaral Peixoto, nas suas duas gestões, em 1937 e em 1951, à frente do governo no Rio de Janeiro. As autoras ressaltam, principalmente, as escolas rurais, oferecendo elementos que permitem perceber como, no período analisado, estas representaram a modernização do campo e serviram de instrumentos de mediação entre as lideranças e as populações locais, visando à consolidação do projeto político de Amaral Peixoto. No final do artigo, afirmam que “a expansão das escolas pelo interior, sob a égide da escola moderna, trouxe ao menos os efeitos da criação de novos patamares de escola rural e do aumento da demanda por instrução nas pequenas localidades”.

André Luiz Paulilo toma como fontes principais para sua pesquisa as fichas da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, publicadas por Arthur Ramos no livro *A criança problema*, para abordar a cultura

infantojuvenil na escola pública brasileira de 1930. Paulilo seleciona dois casos específicos, identificados pelos nomes “Nanette” e “Boné Preto”, e, a partir da apropriação das contribuições de Roberto Da Matta, discute tipos sociais e padrões de comportamento escolares esperados e incentivados no período analisado. O diálogo entre a História e a Antropologia proposto por André Paulilo permite aprofundar as reflexões sobre os círculos de sociabilidade e os pressupostos científicos utilizados nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, para analisar as ações e as reações dos alunos nas escolas públicas.

Patricia Weiduschadt investiga as memórias de uma leitora da revista *O Pequeno Luterano* e as correspondências que ela trocou com outras crianças, publicadas no periódico, no período de 1958 a 1968. Editada pela instituição do Sínodo de Missouri e destinada a crianças luteranas, a publicação incentivava a troca de correspondências entre os(as) leitores(as) como estratégia para a “formação de uma rede de leitores e escritores no meio infantil, projetando nas crianças práticas de leitura de cunho educativo-religioso”. O depoimento da leitora, as cartas, a revista, entre outros indícios, foram analisados a partir das concepções de táticas e estratégias de Certeau; e de leitura, recepção e apropriação de Chartier. Patrícia Weiduschadt indica, nas conclusões do estudo, que, muitas vezes, para além das expectativas dos editores do periódico, leitores/correspondentes mobilizaram formas de interlocução e de troca “fora do círculo religioso e fora do controle editorial da revista”.

Leziany Silveira Daniel destaca a atuação do intelectual João Roberto Moreira (1912-1967) no campo educacional, em diferentes instituições e organizações nacionais e internacionais, e suas reflexões sobre educação e desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960. As preocupações de Moreira e de alguns de seus contemporâneos, segundo a autora, “apontavam para a relação entre as disparidades sociais e as oportunidades de acesso e sucesso na escola”. Para o projeto de nação almejado por João Roberto Moreira, era preciso garantir a educação das massas como estratégia para o desenvolvimento nacional e como mecanismo de mobilidade social.

O ensino religioso no Brasil é a temática abordada por Maria Zélia Borba Rocha, que identifica, a partir de diferentes fontes, a luta político-cultural empreendida por instituições religiosas e defensores da laicidade no ensino público desde o final do século XIX. As constituições federais e a legislação educacional brasileira do século XX serviram de fontes principais para a investigação. A autora ressalta, nas conclusões do artigo, que “a contenda ideológica laicidade *versus* religiosidade em torno do ensino público fundamental brasileiro está longe de ser pacificada. Os dois grupos (laicos e confessionais) munem-se, a cada dia, de argumentos epistemológicos para consolidar sua permanência na escola pública”.

Além desses artigos, esta edição traz a resenha, elaborada por Gustavo Henrique Araújo Forde, do livro organizado por Sebastião P. Franco e Nicanor Sá, *Gênero, etnia e movimentos sociais na História da Educação*, mais um volume da coleção “Horizontes da pesquisa em História da Educação”, patrocinada pela Sociedade Brasileira de História da Educação e pela Editora da Universidade Federal do Espírito Santo.

Lembramos aos associados e aos leitores que a *Revista Brasileira de História da Educação* mantém fluxo contínuo de avaliação e aguarda as contribuições de todos, em forma de artigos, traduções, dossiês, resenhas e notas de leitura, de modo a ampliar a divulgação e a circulação dos resultados das pesquisas em História da Educação.